



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DAS PIRÂMIDES
FINANCEIRAS

REQUERIMENTO Nº DE 2023
(Do Sr. AUREO RIBEIRO)

Requer que seja convidado representante do Ministério da Fazenda para prestar esclarecimentos acerca da regulamentação do mercado de criptomoedas e da atuação das entidades frente às recorrentes fraudes envolvendo criptoativos.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 117, caput, c/c com o art. 36, II, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convidado representante do Ministério da Fazenda para prestar esclarecimentos acerca da regulamentação do mercado de criptomoedas e da atuação das entidades frente às recorrentes fraudes envolvendo criptoativos.

JUSTIFICAÇÃO

Ao final de 2022 entrou em vigor a Lei n. 14.478, de 2022, que trata das diretrizes para a regulamentação da prestação de serviços de ativos virtuais (criptomoedas)¹ – o Marco Regulatório das Criptomoedas. Por meses carente de regulamentos infralegais para sua efetiva e completa

¹CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/931195-entra-em-vigor-lei-que-regulamenta-setor-de-criptomoedas-no-brasil/> Acessado em 5/6/2023





CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DAS PIRÂMIDES FINANCEIRAS

operacionalização, há de se considerar a relevância dessa Lei no cenário nacional para o mercado de criptomoedas².

O Decreto n. 11.563, de 2023³, que regulamenta essa Lei, foi finalmente publicado em 14 de junho de 2023, e, na prática, estabelece os papéis do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que se refere à regulamentação e fiscalização do mercado brasileiros de criptoativos.

Traz as competências do Banco Central do Brasil para regular a prestação de serviços de ativos virtuais, regular, autorizar e supervisionar as prestadoras de serviços de ativos virtuais, bem como deliberar sobre as demais hipóteses estabelecidas na Lei, o que trará maior segurança jurídica para o setor de criptoativos. Já a CVM ficou, como era previsto, com a chamada “competência residual” para regular criptoativos que tenham características de valores mobiliários, a exemplo dos chamados tokens de renda fixa digital⁴.

A regulamentação foi fruto de trabalho conjunto do Ministério da Fazenda, do Banco Central e da CVM⁵, sendo de grande relevância para a proteção dos mercados e dos investidores, além de contribuir para a prevenção de lavagem de dinheiro e outros crimes.

Por todo o exposto, faz-se necessária a participação da autoridade para expor seus esclarecimentos acerca do tema e contribuir com os trabalhos desta comissão. Assim, pedimos o apoio dos pares para a aprovação do requerimento.

2CONJUR. Entrada em vigor do marco das criptomoedas. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2023-mai-31/fintech-crypto-lei-144782022-entrara-vigor-relevancia-pratica> Acessado em 6/6/2023

3PLANALTO. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11563.htm Acessado em 14/6/2023

4VALOR INVESTE. Disponível em <https://valorinveste.globo.com/mercados/cripto/noticia/2023/06/14/lula-assina-decreto-que-define-banco-central-como-regulador-do-mercado-cripto-no-brasil.ghml> Acessado em 14/6/2023

5EXAME. MF e Bacen preparam decreto sobre criptomoeda. Disponível em <https://exame.com/future-of-money/ministerio-da-fazenda-banco-central-e-cvm-preparam-decreto-sobre-criptomoedas/> Acessado em 6/6/2023

Apresentação: 14/06/2023 20:23:46.780 - CPIPIRAM

REQ n.7/2023

* C D 2 3 4 5 5 2 1 8 5 6 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DAS PIRÂMIDES
FINANCEIRAS

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado Federal AUREO RIBEIRO
Solidariedade/RJ

Apresentação: 14/06/2023 20:23:46.780 - CPI/PIRAMIDES

REQ n.7/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD234552185600>



* CD 234552185600 *